



MARIA, MARIAS: NARRATIVAS DE MULHERES SOBRE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

MARIA, MARIAS: WOMEN'S NARRATIVES ABOUT ABUSIVE RELATIONSHIPS

Milene Faria Canuto de Freitas¹
Mara Marçal Sales²

RESUMO: O presente estudo analisou narrativas de mulheres que passaram pela experiência de relacionamentos abusivos e reorganizaram suas vidas, buscando compreender os processos de transição e superação vividos. A revisão de literatura abrangeu temas como relacionamentos abusivos, gênero, violência de gênero e violência contra a mulher. Foi realizada pesquisa qualitativa, com seis mulheres, moradoras de Belo Horizonte e região metropolitana, que já haviam rompido relações abusivas, utilizando-se a entrevista narrativa. As entrevistadas identificaram, em seus relacionamentos, violências categorizadas como patrimoniais, psicológicas, sexuais e físicas. Nem sempre a agressão sofrida foi percebida durante a vivência da situação. Elementos de ordem pessoal, religiosa e profissional interferiram na opção pela busca ou não de suporte institucional e comunitário para romper com as situações de violência. A crença religiosa foi citada como repositório do sentimento de proteção e ponto de apoio para superação após o fim da relação. Os filhos foram mencionados como motivadores tanto para o rompimento, pela necessidade de proteção dos mesmos, quanto para seguir a vida. A percepção, pela própria mulher, do caráter abusivo do relacionamento em que se encontrava foi condição essencial para que o apoio social pudesse ser suporte nas decisões a serem tomadas. Baixa autoestima, frustração pelas oportunidades profissionais e pessoais perdidas, medo que as ameaças ainda se cumpram, emoções fragilizadas, autonomia abalada, culpa e remorso pelo que os filhos passaram, são algumas das sequelas que as relações abusivas deixaram nas mulheres ouvidas. Em contrapartida, elas falam também da paz de viverem hoje longe da violência a que estavam submetidas e do orgulho pela persistência e pela trajetória construída.

PALAVRAS-CHAVE: Relacionamentos abusivos; Violência contra a mulher; Violência de gênero; Superação.

ABSTRACT: This research shows how suicide letters reveals subjects to understand the self-killing behavior. Therefore, a literature review was made approaching: suicide definition and a short history of suicidal behavior; risk factors and protection factors to the suicidal behavior; intervention and caution possibilities about suicide; function of suicide letters/notes; celebrities and suicide. This research has as goals identify the meaning and feelings that are predominant on suicide letters and notes, contemplating the main function of a letter or note to the suicidal; the presence of elements that could act as protection and risk factors to the suicidal behavior. To reach them, a qualitative and documental study was made, that counted with four celebrities letters whose committed suicide. Using content analysis, it was possible identify the most current contents on letters, so, presented on result categories disclosing what notes or letters left by suicidals shows meanings that the most part of the time, are beyond writing. Thus, this study reveals the Psychology relevance on accompaniment of those who are eminent suicidals, giving them the opportunity to talk, avoiding the self-destructive behavior.

KEYWORDS: Abusive relationships; Violence against women; Gender violence; Overcoming.

INTRODUÇÃO

A música “Maria, Maria”, de 1978, é uma composição de Milton Nascimento e Fernando Brant. A canção apresenta a mulher forte, com gana e com “mania de ter fé na vida”. Como a Maria da música ou a Maria da Penha, que inspirou a Lei nº 11.340/2006, as mulheres entrevistadas nesta pesquisa viveram histórias de superação.

¹ Psicóloga graduada pela PUC Minas. milenefcf@yahoo.com.br

² Professora da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais; Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. milmaravilhas2002@yahoo.com.br

Todos os anos, milhares de mulheres sofrem agressões por parte de parceiros, maridos, namorados e afins. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam a ocorrência de um feminicídio³ a cada noventa minutos. Dados do Balanço Ligue 180⁴ mostram que, em 2015, ocorreram 179 relatos diários de agressão contra mulheres. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017). Em Minas Gerais, no ano de 2015, foram 129.054 registros de violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo 15.136 destes na Região Integrada de Segurança Pública Belo Horizonte (RISP 01) (MINAS GERAIS, 2016).

Diante dos dados expostos, pode-se indicar que, nas redes sociais, na mídia impressa, nos jornais da televisão e em diversos outros contextos os fatos e números são, muitas vezes, vistos de uma posição de “expectadores”. Distante de minimizar a importância de tais informações considera-se de grande relevância que tais dados sejam levantados e apresentados a fim de dimensionar a necessidade de políticas públicas e de se discutir a questão. Todavia, a pesquisa aqui apresentada buscou ouvir mulheres que passaram pela experiência de relacionamentos abusivos, para se conhecer o modo como narram e significam suas histórias. O enfrentamento da violência contra a mulher, como questão de interesse público, envolve hoje muitos atores sociais, entre os quais: técnicos de políticas públicas, operadores do Direito e profissionais da saúde. Parte-se do princípio que os esforços e propostas apresentados pelas diversas frentes de apoio poderão ter maior efetividade a partir da escuta do ponto de vista de quem sofre a violência.

Apesar da abrangência do problema da violência, todos os dias, mulheres decidem encerrar esse capítulo de suas vidas. Acredita-se que suas histórias são carregadas de experiências que, apesar de subjetivas, podem sintonizá-las com a dor e a vivência de muitas outras. Investigar relacionamentos abusivos a partir do ângulo da superação poderá contribuir para municiar outras mulheres que estejam enfrentando problema similar.

À vista disso, a pergunta que direcionou esta pesquisa foi: que significados mulheres que passaram pela experiência de relacionamentos abusivos e reorganizaram suas vidas atribuem a suas trajetórias? O objetivo geral visou analisar as narrativas de mulheres que passaram pela experiência de relacionamentos abusivos e reorganizaram suas vidas, buscando compreender os processos de transição e superação vividos. Os objetivos específicos abrangeram: a) identificar as formas de abuso e violência que as mulheres entrevistadas vivenciaram

³ “Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher”. É considerado um crime motivado por “ódio, desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres” (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017).

⁴ Ligue 180 - Serviço governamental de acolhimento, por meio de ligações gratuitas, “para servir de canal direto de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o país” (BRASIL, 2015).

em seus relacionamentos; b) verificar quais estratégias, serviços e profissionais foram utilizados/contactados pelas mulheres c) identificar a percepção que elas tiveram sobre o apoio social recebido e d) analisar os significados atribuídos às experiências vividas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A expressão “relacionamento abusivo” tem sido vastamente utilizada pela mídia. Um relacionamento pode ser caracterizado como abusivo quando é perpassado pelo exercício de poder sobre o outro, causando sofrimento e mal-estar, e passando por um desejo de controle e posse sobre esse outro (BARRETO *apud* MOREIRA, 2016).

Neste estudo, foi enfocada a vértice do relacionamento abusivo que se refere à violência de gênero, exercida contra a mulher. Segundo Alemany (2009):

As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos, com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade (ALEMANY, 2009, p. 272).

E para tratar de violência contra a mulher, torna-se necessário discutir a cultura de gênero que a sustenta. De acordo com Piscitelli (2009), se as diferenças entre homens e mulheres são consideradas naturais, as distribuições desiguais de poder também serão naturalizadas, sustentando “um duplo procedimento de naturalização”. A autora lembra que a palavra sexo é utilizada, tanto pelas ciências, quanto em uma linguagem mais coloquial, para se referir às diferenças biológicas ou inatas, levando as autoras feministas a utilizar o termo gênero para tratar de ideias culturais sobre feminilidade e masculinidade (PISCITELLI, 2009).

Scott (1990) apresenta a definição de gênero em duas partes, distintas, porém inter-relacionadas. A primeira parte da definição propõe gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 21). À vista disso, Scott (1990) sustenta que o conceito de gênero abarca quatro elementos que operam simultânea e obrigatoriamente juntos: os símbolos culturais com representações que, por vezes, são contraditórias; as normas, que promovem “interpretações do sentido dos símbolos” e estabelecem uma “oposição binária” do que é da ordem do masculino e do feminino; as instituições e organizações sociais como mantenedoras das desigualdades de gênero, na medida em que suas práticas e seu poder de coerção constroem e sustentam tal disparidade; e a identidade subjetiva. A autora cita o antropólogo francês Maurice Godelier (1978) para dizer que:

[...] não é a sexualidade que produz fantasmas na sociedade, mas, sobretudo, a sociedade que fantasma na sexualidade, o corpo. As diferenças entre os corpos que são ligados ao sexo, são constantemente solicitadas para testemunhar as relações e fenômenos sociais que não tem nada a ver com a sexualidade. Não só testemunhar, mas testemunhar a favor, isto é, legitimar. (GODELIER apud SCOTT, 1990, p. 23).

Já a segunda parte da definição compreende gênero como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 21). Machado (1996), segundo Osterne e Silveira (2012), apresenta as reflexões de Foucault para sustentar a ideia de que o poder apenas existe nas relações e que, embora todas as partes tenham acesso a seu exercício, tal acesso não se dá de forma igualitária. Para Scott (1990), as estruturas de poder têm como base entendimentos que naturalizam a relação entre feminino e masculino:

Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1990, p. 27).

“Violência contra a mulher” é, portanto, uma das formas de “violência de gênero”. Para Saffioti, citada por Santos e Izumino (2005), o poder “de macho” delegado ao homem, como modelo de socialização, produz como resultado a violência contra a mulher, concedendo a ele o direito de agredi-la, buscando educá-la para permanecer submetida a essa relação desigual de poder. Werba e Strey, citadas por Narvaz e Koller (2006, p. 8), salientam que a violência de gênero “envolve ações ou circunstâncias que submetem, unidirecionalmente, física e/ou emocionalmente, visível e/ou invisivelmente as pessoas em função de seu sexo”.

A violência contra a mulher tornou-se um grave problema social. Em 2006, no Brasil, foi sancionada a Lei 11.340, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha e trata de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

Narvaz e Koller (2006) demonstram alguns dos mantenedores da violência contra mulheres. Segundo elas, muitas mulheres permanecem em relações abusivas para manterem a família unida, outras tantas pela dependência financeira em relação aos parceiros ou ainda por falta de apoio por parte da família extensa e comunidade. Tais condições perpetuam essas mulheres em “posição de desvalia, isolamento e submissão aos abusos sofridos” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 09). As autoras advertem ainda:

Outros fatores como alcoolismo, pobreza e repetição de relações abusivas através de gerações aparecem associados à dinâmica da violência contra as mulheres. O medo e a insegurança causados pelas ameaças e pela violência psicológica impetrada pelo parceiro abusivo também parecem desempenhar importante papel nesta dinâmica (NARVAZ; KOLLER, 2004 apud NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 09).

Mas, embora tais mulheres estejam submetidas a uma cultura que anda sobre a linha tênue entre a naturalização da violência contra a mulher versus sua denúncia, todos os dias mulheres decidem romper com o ciclo de violência a que estão sujeitas e reorganizar suas vidas. Segundo Araújo (2008):

Como diz Scott (1995), os homens e as mulheres reais nem sempre cumprem rigorosamente as prescrições de sua sociedade ou de suas categorias analíticas. Por isso, é preciso examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, organizações e representações sociais historicamente específicas. No caso da violência contra a mulher ou violência de gênero, pode-se dizer que embora a dominação masculina seja um privilégio que a sociedade patriarcal concede aos homens, nem todos a utilizam da mesma maneira, assim como nem todas as mulheres se submetem igualmente a essa dominação (ARAÚJO, 2008).

Em diálogo com os conceitos e reflexões teóricos acima explanados será apresentada a trajetória metodológica utilizada na pesquisa.

METODOLOGIA

O presente trabalho baseou-se no método qualitativo. A escolha da realização da pesquisa pela abordagem qualitativa se justifica na medida em que esta abrange e se ocupa de aspectos da realidade que não podem ser reduzidos a resultados quantitativos (MINAYO, 1994). Para maior sintonia e coerência com o tema, a pesquisa foi realizada utilizando-se a metodologia de pesquisa narrativa, que consiste na busca de informações acerca de determinado tema, com vistas a entender um fenômeno, por meio da coleta de histórias (PAIVA, 2008). Segundo Gallo e outros (2014):

O estudo qualitativo por meio das narrativas permite capturar as tensões do campo, de maneira que as ressonâncias e dissonâncias de sentidos que emergem pelas falas, sejam problematizadas a partir do encadeamento das falas que constitui a trama em que relatos biográficos e fatos vivenciados se entrelaçam. As narrativas permitem ir além da transmissão de informações ou conteúdo, fazendo com que a experiência seja revelada, o que envolve aspectos fundamentais para compreensão tanto do sujeito entrevistado individualmente, como do contexto em que está inserido (GALLO et al, 2014, p. 6).

Para tanto, foi utilizada como instrumento de coleta de dados a entrevista narrativa:

A relevância das entrevistas narrativas na pesquisa qualitativa importa na contribuição que este instrumento fornece para a compreensão das estruturas processuais dos cursos de vida ou trajetórias dos sujeitos pesquisados (SCHÜTZE, 2011). O ato de rememorar e a narração da experiência vivenciada de forma sequencial permitem acessar as perspectivas particulares de sujeitos de forma natural (WELLER; ZARDO, 2013, p. 133).

As entrevistas realizadas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. O material será guardado por 05 anos e depois destruído, conforme inciso IV do artigo 28 da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (BRASIL, 2016).

A pesquisa foi realizada com seis mulheres, moradoras de Belo Horizonte e região metropolitana, que passaram pela experiência de relacionamentos abusivos e reorganizaram suas vidas. Elas foram encontradas a partir de rede de contatos das pesquisadoras. As entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, através do qual foram informadas sobre o caráter sigiloso da investigação e sobre os objetivos e contornos da pesquisa.

A fim de preservar a identidade das entrevistadas, seus nomes, bem como os nomes das pessoas citadas por elas, foram substituídos por nomes fictícios.

ANÁLISE DE DADOS

Com base nos dados recolhidos em campo e em diálogo com o referencial teórico, foram definidas as seguintes categorias de análise: a) o relacionamento antes da identificação das agressões; b) o relacionamento abusivo; c) o processo de rompimento com as agressões e d) significados que as mulheres atribuem à trajetória e às experiências vividas.

O relacionamento antes da identificação das agressões

Vislumbrando uma congruência entre as histórias ouvidas, a música que inspirou o título desta pesquisa e a emblemática Lei Maria da Penha, as entrevistadas serão identificadas nesse trabalho com nomes fictícios compostos com Maria. Foram entrevistadas mulheres que têm, hoje, entre 29 e 42 anos, cujo perfil é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Visão geral das mulheres entrevistadas

Nome Fictício	Idade durante o relacionamento	Idade Hoje	Formação/ Escolaridade	Inserção Atual no Mercado de Trabalho	Nº de Filhos
Maria Ana	18 aos 32	38	Psicóloga	Psicóloga (Autônoma) e Consultora Mary Kay	2
Maria Rosa	27 aos 32	42	Especialista em Políticas Públicas e Criminologia	Policia Civil	1
Maria Laura	20 aos 30	33	Ensino Médio	Telefonista de Call Center	1
Maria Ângela	21 aos 38	41	Ensino Médio	Motorista em Mineradora	2
Maria Carmem	22 aos 23	29	Arquiteta	Assessora de Urbanismo	-
Maria Regina	20 aos 25	36	Graduada em Ciências Biológicas	Professora/Trabalha com PRONATEC	4

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados extraídos das entrevistas realizadas.

Dentre as seis mulheres entrevistadas, cinco viveram casamentos ou uniões estáveis. Somente um dos relatos refere-se ao relacionamento estabelecido no período de namoro.

De acordo com Oliveira (2009), na atualidade, as pessoas ainda têm o casamento como uma relação na qual podem desenvolver seu potencial individual, entendendo-o como instituição privilegiada de proteção, buscando ainda, através dele, relações afetuosas e convivência familiar. Todavia, embora haja uma construção social de que em um relacionamento, seja um casamento formalizado, uma união estável ou namoro, encontrar-se-á a proteção e suporte para a vida, nem sempre essa é a realidade. As entrevistadas, por exemplo, viveram histórias duras, de abusos e sofrimentos, que têm em comum múltiplas formas de violência cotidianas.

De um modo geral, as entrevistadas classificam o início desses relacionamentos como “normal”, contudo, associam determinados comportamentos dos parceiros, tais como ciúmes, possessividade e impaciência, como indicadores prévios das situações de abuso que estariam por vir.

Em todas as narrativas, a identificação do caráter abusivo das relações não se deu de forma imediata e clara para as entrevistadas. Valores culturais são mencionados, atravessando o modo como elas entendiam e reagiam aos primeiros sinais de abuso nos relacionamentos:

Então, começou com uns pequenos detalhes. Foi muito minucioso. E quando a gente tá dentro da relação, cê tem a tendência, principalmente a mulher, a baixar um pouco a cabeça, entre aspas, pra algumas situações, em nome da relação, pra que as coisas deem certo. E quando cê assusta, já virou uma bola de neve. (MARIA LAURA).

A crença religiosa perpassa a construção de sentido para algumas situações vivenciadas, promovendo submissão, a princípio, sem questionamento, em nome da doutrina, com vistas à salvação prometida:

[...] No dia do casamento... na noite de núpcia, que a gente ainda não tinha mantido relação sexual e tudo, ele já foi extremamente agressivo. [...] Mas aí, quando a gente tá no início da trajetória religiosa, pelo menos nas evangélicas, você enxerga tudo como uma prova, cê vai passar por aquilo, Deus vai te ajudar, né? (MARIA REGINA)

Os estudos de Moura e Henriques sobre o fenômeno de culpabilização das mulheres em situação de violência mostram que, as religiões, por seu papel expressivo como formadoras de opinião, podem legitimar a violência, “nos casos de a vítima ser considerada ‘não virtuosa’, ou seja, uma Eva, que por desobediência ou outro motivo qualquer mereceu o castigo oferecido pelo homem, no caso, a violência” (MOURA; HENRIQUES, 2015, p. 30). Maria Regina era constrangida a acreditar que tinha culpa pelas agressões que sofria:

[...] É... porque aí vem aquela questão assim: “Ah, mas eu tô desse jeito porque você não é uma mulher de Deus!” [...] E aí eu comecei a sofrer pressão psicológica. (MARIA REGINA)

Para além da questão religiosa, em consonância com o apresentado por Zancan, Wassermann e Lima (2013), surge nos relatos a convicção em uma possível mudança por parte do parceiro:

Achei que era o homem da minha vida e tudo e aceitava, achava que ele ia mudar. Sempre achei que ele ia mudar. (MARIA ROSA)

No trecho abaixo transcrito, vê-se que o que é tido como uma concessão consciente durante o relacionamento é relatado, depois de rompida a relação, como “cegueira”:

Eu não podia sair sozinha com as minhas amigas, porque ele ia achar ruim. Eu não sei como é que ele fazia, não consigo até hoje identificar como é que ele fazia pra eu perceber que ele não gostava disso e que eu não podia fazer aquilo. [...] Nós terminamos o namoro não foi nem porque eu percebi esse relacionamento abusivo. Porque eu nem sabia que isso era um relacionamento abusivo. Eu realmente, eu tava completamente cega. (MARIA CARMEM).

O relacionamento abusivo

O artigo 5º da Lei 11.340/2006 define como “violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão, baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). Foram identificadas e relatadas pelas mulheres, em seus relacionamentos, violências que se enquadram entre diversas formas descritas na referida lei.

A violência patrimonial aparece sob a forma de retenção e destruição de objetos e documentos pessoais, bem como de recursos econômicos:

Nunca mais ele trabalhou. Sete anos... ele nunca mais colocou um grão de arroz dentro de casa. E, nesses sete anos, ele recebia o meu pagamento. [...] [A irmã] Chegou lá tinha uma... uma cinzaíada, assim, no terreiro, onde ele queimou um bocado das minhas roupas... e em cima do meu travesseiro, tinha uma faca. Enfiada. Até os meninos viram. (MARIA ÂNGELA)

A violência psicológica, por não marcar o corpo da vítima, muitas vezes deixa de ser identificada como tal (CUNHA apud QUEIROZ, 2017). Tanto a sociedade quanto as mulheres que são submetidas a essa forma de violência, podem minimizar suas consequências, pois, quando ela acontece no espaço doméstico, pode ser considerada um problema individual, acobertada pela ideia de ser a família “o lugar acima de qualquer suspeita” (REZENDE apud QUEIROZ, 2017, p. 88). A autora explica que:

Para Hirigoyen (2006) fala-se de violência psicológica quando uma pessoa adota uma série de atitudes e de expressões que visa a aviltar ou negar a maneira de ser da outra pessoa. Seus termos e seus gestos têm por finalidade desestabilizar ou ferir o outro. A autora nos esclarece que, em momentos de raiva, todos nós podemos usar palavras ferinas, desdenhosas, ou ter gestos inadequados, mas habitualmente esses deslizos vêm seguidos de pedidos de desculpa. Na violência psicológica, ao contrário, não se trata de um desvio ocasional, mas de uma maneira de ser dentro da relação: negar o outro e considerá-lo um objeto. Esses procedimentos destinam-se a obter a submissão do outro, a controlá-lo e a manter o poder. (QUEIROZ, 2017, p. 87)

Nas entrevistas realizadas, a violência psicológica aparece sob as formas de ameaças, perseguição e insultos:

[...] E me agredia muito com palavras. [...] quando um dia eu falei com ele que ia denunciá-lo à corregedoria pelo fato de nós dois sermos policiais, ele falou assim: “Se você me denunciar eu vou ser expulso. Se eu for expulso, eu não vou ter nada a perder. Eu te mato e suicido”. Então, durante muito tempo, né... eu tive muito medo dele. (MARIA ROSA)

O ciúme, expresso em forma de vigilância permanente e desmedida, se apresenta como desencadeador de agressões verbais, humilhações e constrangimentos.

Nunca houve abuso, no sentido físico. Mas verbal sempre houve muita coisa. [...] Nós nos casamos, é... e aí começou. Porque aquela relação amistosa, aquela situação de atenção, de carinho um com o outro passou pra uma questão “você é minha e agora as coisas vão ser do meu jeito”. [...] Eram todos os nomes: “Ah, você não presta, você é puta, você é isso, você é aquilo”. Então, os nomes que ele usava eram de baixo calão mesmo e era normal pra ele. (MARIA LAURA)

Baptista (2012) cita diversos autores para enfatizar consequências da violência psicológica:

O processo de violência conjugal começa com microviolências que vão tomando diferentes formas que vão se ampliando, desde o galanteio, à possessão, ao controle, até ao isolamento, à perseguição, à difamação, às desqualificações, às humilhações, às ameaças, aos insultos, levando, pouco a pouco, a mulher a duvidar dela própria e a perder todo o seu sentido crítico (Hirigoyen, 2007). Ao longo deste processo a mulher vai interiorizando as opiniões do parceiro agressor sobre si, reforçando, ainda mais, sua baixa autoestima, e absorvendo os desejos e vontades do parceiro, anulando os seus (SILVA; COELHO; CAPONI apud BAPTISTA, 2012, p. 18).

A violência sexual é narrada tanto sob a forma de relações sexuais realizadas a contragosto quanto sob uso da força:

Às vezes eu não queria ter relação com ele, porque eu tava triste, porque eu queria ir numa festa, ele não ia, eu queria comprar uma coisa pra dentro de casa e ele não ajudava... Aí ele ficava me atormentando... aí pra ele deixar de me atormentar, eu cedia. E não sabia que estava sendo abusada sexualmente, por ele. E no final da nossa relação, que eu virei pra ele e falei assim: “a partir de hoje você não põe a mão mais em mim. Eu não quero ter relação sexual com você. E eu não cedi mais. [...] Que que acontece? Aconteceu o primeiro estupro, a primeira violência dentro de casa. Porque ele me pegou a força... (MARIA ANA)

[...] Aí eu lembro de uma vez ter tomado uma garrafa de vinho. Eu nunca bebo, não sou de beber... E fiquei de porre lá. [...] E o Alexandre⁵ fez sexo comigo, eu bêbada... também. E eu perguntava pra ele assim: “Cê fez alguma coisa comigo?” E ele não assume até hoje. (MARIA ANA)

A violência física foi relatada por quatro das mulheres entrevistadas, se apresentando, no relato abaixo transcrito, tanto contra a mulher, quanto contra seus filhos:

⁵ Nome fictício. Primeiro marido da entrevistada Maria Ana.

[...] Aí eu lembro que um dia, a gente conversando assim, eu falei com ele, assim, nesse tom: “Ô Rodrigo⁶, cê tá parecendo criança!” Ô, Milena, pra quê? Esse homem pulou o sofá como se ele fosse o Hulk! Quando ele caiu assim, na minha frente, mas foi tanto murro, mas tanto murro, que eu parti pra cima dele também. E nós dois rolava... E ele pegou o Jonas⁷ e jogou o Jonas longe, assim, no sofá... e me deu uma surra. E eu ainda continuei com ele. Eu fiquei calada. Fui pra faculdade machucada... Jonas naquele medo daquele homem, eu grávida... (MARIA ANA)

Vale ressaltar o caráter arbitrário da violência cometida, desencadeada por motivos banais, tais que, tamanha a absurdez, impedem algum movimento preventivo:

Às vezes a gente tava em casa assistindo TV, alguma coisa, do nada ele cismava que eu olhei pro ator na televisão. Uma coisa doentia. E aí ele começava me dar socos. Chegava marcada no trabalho e olha que eu sou morena, pra ficar marca é bem complicado. As pessoas me perguntavam, eu falava assim: “Ah, caí da escada, tava fazendo faxina e tomei um tombo...” Essas historinhas que todas mulheres que sofre agressão contam. (MARIA ROSA)

Seis histórias distintas, atravessadas por violências das diversas formas possíveis, mas com uma coisa em comum: elas se reorganizaram. Cada uma, com suas potencialidades e dificuldades, mudou o rumo de sua vida e seus relatos apresentam as características de suas trajetórias.

O processo de rompimento com as agressões

As entrevistadas fizeram caminhos diferentes para romper com as situações de violência a que foram submetidas, utilizando-se também de distintas estratégias de proteção e amparo. Elementos de ordem pessoal, religiosa e profissional interferiram na opção, pela busca ou não, de suporte institucional e comunitário. A fé e o apoio social e familiar foram alguns dos recursos mencionados por elas.

Para Maria Rosa, o desejo de proteger o filho foi o grande propulsor para a tomada de decisão de romper o relacionamento. E, hoje, ela busca na fé o sentimento de proteção:

[...] depois desse dia, que eu vi essa cena, que não saiu da minha cabeça, dele jogando meu filho, no sofá... eu... tomei a decisão de proteger meu filho. Enquanto foi comigo, eu não tive coragem. Quando mexeu com meu filho, aí as coisas mudaram. Eu falei com ele e ameaçava ele, ele começou a ter medo de mim. [...] E aí, hoje, assim, parece loucura para algumas pessoas, hoje eu tenho tanta fé que se ele mandar me matar ou ele mesmo vier, que Deus dá um infarto, dizima ele no meio do caminho. Mas que Deus não permite chegar perto de mim, sabe? Então, assim, pela minha fé eu acredito muito. (MARIA ROSA)

⁶ Nome fictício. Segundo marido da entrevistada Maria Ana.

⁷ Nome fictício. Filho mais velho da entrevistada Maria Ana.

A filha e a crença religiosa foram o ponto de apoio no qual outra entrevistada encontrou forças para romper o relacionamento e conseguir prosseguir com sua vida:

Então, cê me perguntar, né? “O quê que te ajudou muito a sair disso?” Deus em primeiro lugar. [...] Ele teve, assim, misericórdia em me dar o livramento de uma situação que poderia ter acabado muito pior. Poderia sim, ter acabado em tragédia. [...] Então, um segundo ponto, assim, que me deu muita força, além de Deus, pra poder prosseguir, foi a Isadora⁸. Que eu acho que se eu não a tivesse, acho que eu teria me entregado aos próprios sentimentos ruins, sabe? (MARIA LAURA)

Para Maria Regina buscar a inserção no mercado de trabalho aparece como condição fundamental para que fosse possível se reorganizar após o fim da relação com o agressor:

[...] Porque ai cê tem aquela questão da dependência financeira. Isso pesa demais. Isso é crucial. Eu ter conseguido arrumar um emprego e ter arrumado um local, uma creche pros meus filhos ficarem, pra eu ir trabalhar. [...] Porque eu pude me arcar. Eu pude bancar com a minha... com o meu sustento. (MARIA REGINA).

É importante destacar que Maria Ana foi a única que buscou romper com a situação de violência, porém com a intenção da manutenção do relacionamento – de todas as entrevistadas, somente ela permaneceu com o marido que a agredira. Como estudante de Psicologia, ela investiu na reconstituição da relação:

[...] “Mas eu vou passar tudo de novo? Separar desse homem porque ele me bateu? [...] Aí eu comecei a trabalhar o meu comportamento. Na terça feira, todo mundo: “Larga ele, larga ele”. Eu falei: “Não, eu não vou largar. Eu vou parar esse homem que é violento. Porque eu largo ele aqui, ele vai fazer com outras mulheres. Eu vou dar uma oportunidade pra ele. Ou ele para com tratamento psicológico e psiquiátrico, ou ele para com a delegacia! (MARIA ANA)

[...] Aí eu peguei e falei assim: “Olha... Cê quer me escutar? Nesse momento eu não vou ser sua mulher. Nesse momento eu sou uma mulher em busca dos direitos dela em relação à agressividade, mas também em busca da sua família e tudo que eu aprendi na Psicologia. Aí fui pontuando pra ele o tipo... o perfil de homem que ele era. Que ele era agressivo, intolerante, machista. Pontuei tudo! E falei com ele assim: “Só que eu amo você. Eu respeito você. E eu tenho um filho com você. [...] Ele tem três anos. Foi a mesma idade que eu deixei o pai do meu outro filho. Porque eu não tive maturidade de conversar. E se você quiser mudar... eu sei meios pra você mudar e sei meios pra me mudar também. Agora, se você não quiser mudar, eu não vou deixar você seguir em frente, pra você bater em outra mulher igual cê me bateu não. Porque cê bateu em três mulheres. [...] Agora, eu te denunciei e vou dar sequência no processo. Se você não aprender por mim, cê vai aprender pela lei”. [...] E ele veio pra cá fazer terapia. (MARIA ANA)

⁸ Nome fictício. Filha da entrevistada Maria Laura.

Em seu discurso, muitas vezes, esta entrevistada revela uma leitura que – mediada por sua trajetória na psicoterapia – indica sua implicação na situação de violência:

Eu não gostava de mim. Isso era desde a minha infância. [...] Porque dentro da Psicanálise... aí que vem o porquê, que eu acho perfeito. Eu tinha prazer na briga. Inconscientemente. Fui criada na violência! Então era gostoso. . [...] Eu não sabia parar ele. Porque eu só apanhei porque eu permiti. Como o dia que ele deu uma escorregada, eu pus ele no lugar dele, sem ofensa, de uma maneira mais madura, Ó! Eu posso sim, impor respeito! Aí eu comecei a trabalhar as minhas questões na terapia. Quando eu consegui entender que eu gostava de apanhar, porque eu apanho desde pequena, que eu gostava de ficar no papel de vítima, que tinha todo um gozo daquilo ali! Misericórdia! Eu comecei a falar não. (MARIA ANA)

É importante salientar que, em função das especificidades de cada situação de violência, a retificação realizada nesta história não pode ser tomada como parâmetro. Vale lembrar que a entrevistada, para além de fazer uma leitura da resolução alcançada com base na Psicologia, se apoia, também, nas garantias adquiridas pela proteção legal.

O apoio social e familiar

Buscou-se também entender se as entrevistadas procuraram e perceberam apoio de sua rede social, bem como fatores que impediram ou dificultaram tal movimento.

O estudo realizado por Gonçalves et al (2011) demonstra a importância do apoio social percebido, nas situações de vulnerabilidade social. De acordo com os esses autores, as pessoas construirão suas respostas em situações de estresse com base em recursos sociais como autoestima, senso de controle e o domínio sobre a própria vida e apoio social. Deste modo, eles sustentam que o apoio social será estratégia essencial no enfrentamento da situação vivida (GONÇALVES et al, 2011). O apoio social compreende, assim, ações de cuidado e amor, direcionadas ao sujeito, por sua rede de relações interpessoais.

Há quatro dimensões do apoio social: emocional, ligado ao sentimento de cuidado e apoio por alguém com quem se pode contar; instrumental ou material, como suporte prático e concreto; informacional, que se trata de conselhos úteis e informações; e cognitivo, no sentido do incentivo e escuta (GONÇALVES et al, 2011). Nos relatos, tais dimensões se entrelaçam, com a presença de nuances sutis de cada uma delas.

Maria Laura, por exemplo, não procurou apoio emocional na sua família. As ameaças à integridade da mãe e do irmão, feitas pelo agressor, a impediram de relatar as violências que sofria em casa. Mas ela obteve, no retorno à casa da mãe, o apoio instrumental. E encontra, em uma amiga, apoio emocional e informacional:

[...] a mãe dele entreviu, o pai dele entreviu, o irmão entreviu, minha mãe não... não intervinha muito... eu não levava essas coisas pra minha mãe. Mas a família dele acabava absorvendo mais porque conhece como ele é. Sabe que ele é nervoso, estopim curto... [...] Família, eu não tive esse apoio. Mas tive apoio em amigos, mesmo. Então, além da formação da Tânia⁹, é... ela me auxiliou muito como amiga, mesmo, uma irmã que eu não tenho eu pude encontrar nela. Conselhos, tanto conselhos é... questão de é... profissional mesmo, ela aconselhou muito a questão de procurar um... um... psicólogo, é... de até denunciar também. (MARIA LAURA)

A busca pelo apoio social pode se dar em contextos diversos. Maria Regina não encontrou, na instituição religiosa que frequentava, tampouco em seus membros, o apoio que procurava:

[...] Apanhei várias vezes. Umas oito vezes. Sem reclamar com ninguém. Só os vizinhos que viam. Não falava com família. Morria de vergonha, aí eu não falava com ninguém. [...] Os da igreja tinham aquela filosofia que ‘briga de marido e mulher, ninguém mete a colher’ e que meus problemas podiam ser também espirituais, né. Falta de força. Por último, a última pessoa que eu procurei na igreja, quando eu ainda tava, foi o pastor, um líder e ele falou um monte de baboseira, falou que o anjo do senhor, se eu tivesse fé mesmo, toda vez que ele fosse me bater, punha a mão. Pregou sobre isso, inclusive, num dos cultos que a gente tava. E aí eu percebi que ali eu tava perdida (MARIA REGINA).

Ela deixou de buscar o apoio de sua família, em quaisquer das dimensões já explanadas, a fim de evitar possíveis julgamentos. Todavia, ela encontrou em outras mulheres, de sua rede de vizinhas, o apoio instrumental, de fundamental importância para que pudesse voltar ao mercado de trabalho:

[...] Quando cê depende, se eu fosse pra casa da minha mãe, da minha irmã, de alguém, eu ia ter que aceitar qualquer coisa que eles me falassem. E eu tava num estado emocional que eu precisava de gente era pra me dar força e não pra me colocar mais pra baixo. Então, eu dependi das pessoas que... das outras mulheres que sabiam, já na época o que tava acontecendo, de me ajudar com as crianças pra eu trabalhar. (MARIA REGINA)

O sentimento de isolamento aparece nas entrevistas. Seja por um distanciamento por medo de uma possível reação dos familiares, ou motivado por alguma interferência dos agressores, o apoio social e familiar não chegou até algumas das entrevistadas:

[...] Então, assim, como eu disse, eu nunca procurei ajuda, nunca contei pra minha família, minha família ficou sabendo depois, quando eu separei e tudo, que eu fui contar, né... E... porque eu tenho irmãos militares, sei que poderia dar um... talvez até uma fatalidade, né. [...] Então escondi de todo mundo. Afastei de todo mundo. (MARIA ROSA)

⁹ Nome fictício. Amiga da entrevistada e Assistente Social.

Os autores destacam ainda que a maneira como a pessoa irá significar o apoio recebido será influenciada pela avaliação satisfatória ou não que faz dele, bem como pelo tipo e a qualidade da relação que ela mantém com o provedor do apoio (GONÇALVES et al, 2011).

Os recursos das políticas de proteção

Um ponto que se destaca nas entrevistas realizadas é o fato de a rede socioassistencial não ter sido acionada por nenhuma das mulheres. Não houve busca por abrigo e isto ocorreu mesmo em contextos nos quais, nem sempre, elas acionaram ou contaram com o suporte social. De fato, as entrevistadas buscaram amparo nos recursos policiais e jurídicos. O registro de Boletim de Ocorrência e o requerimento de medida protetiva com base na Lei 11.340/2006 foram os únicos recursos das políticas de proteção contactados pelas entrevistadas.

Meneghel et al (2011) salientam que o registro da ocorrência em uma delegacia torna a agressão um fato público e, comumente, configura, juntamente com a decisão de romper o silêncio e denunciar, o início oficial do caminho de ruptura com as agressões, mesmo que essas mulheres já estejam vivenciando a violência há bastante tempo. As autoras expõem as críticas que encontraram ao que convencionaram chamar de “setor policial”, no que se refere às limitações e à abrangência da atuação dos operadores das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), pontuando que o referido setor é tido, tradicionalmente, como negligente na proteção efetiva de mulheres em situação de violência (MENEGBEL et al, 2011). De acordo com Villela et al (2011):

As atitudes inadequadas dos profissionais reproduzem os preconceitos e as posturas sexistas que permeiam as relações sociais entre os sexos e perpetuam as desigualdades entre homens e mulheres. Isso reforça a experiência emocional de vulnerabilidade nas mulheres agredidas, criando um círculo vicioso entre violência interpessoal e violência institucional, e impede que os serviços cumpram a sua vocação de interromper a cadeia de produção de violência (VILLELA et al, 2011, p. 122).

Do mesmo modo, a Lei Maria da Penha, embora expresse claramente tanto as penalidades previstas para os crimes cometidos contra mulheres, quanto institua medidas protetivas para manter o agressor distante da mulher, não garante que a integridade física e psicológica da agredida será preservada, tendo em vista que a existência da lei não assegura que ela será cumprida pelos agressores (MENEGBEL et al, 2011).

Limitações na atuação da polícia também são mencionadas nas entrevistas. No relato a seguir, os policiais não estão vinculados a uma DDM e percebe-se que as limitações relatadas são baseadas em atravessamentos culturais e institucionais:

[...] Então ele me agrediu, eu chamei a polícia... Os policiais que atenderam o boletim de ocorrência foram bem... bem grossos, assim... bem mal educados. Por quê? Colocam você e o cara junto, pra conversar perto, né? [...] Não sei se os policiais, por serem homens, foram mais tendenciosos à opinião dele. Mas um falou comigo assim: “Olha, você quer... quer sair da casa hoje? Porque... não tira o cara da casa. Você continua com o agressor” [...] Eles falaram: “Olha, o que... prender ele a gente não vai. Só faz mesmo o boletim de ocorrência pro cê levar isso depois na delegacia.” (MARIA REGINA).

A inexistência da delegacia especializada no atendimento a mulheres em situação de violência, na cidade em que a entrevistada reside, por si só, já se caracteriza como fator limitador. As DDM foram criadas para evitar que tais mulheres recorressem às delegacias comuns. O treinamento das equipes propunha “estabelecer uma relação de acolhimento e confiança com as usuárias” (BLAY apud VILLELA et al, 2011, p. 115).

Netto et al (2015) apontam alguns dentre os diversos motivos que dificultam a opção pela busca por apoio institucional por mulheres em situação de violência, entre os quais: “a falta de condições econômicas para viver sem o parceiro, preocupação com os filhos e o medo de serem mortas” (NETTO et al, 2015, p.136). A ameaça se configura como motivadora para que não se busque a proteção do Estado e os serviços de apoio:

[...] eu tinha vergonha de expor a situação. [...] Aí eu liguei, só que não era anônima... a denúncia. Eu tinha que passar os dados dele, inclusive o endereço do trabalho dele, para que é... eles fossem lá. E aí como eu tive medo, porque ele chegou a ameaçar a minha família e tudo, eu não denunciei. Aí eu não me identifiquei, nem nada e falei que era só uma informação que eu precisava e desliguei o telefone. Não cheguei a procurar nenhum tipo de apoio, realmente, psicológico ou algum outro tipo de atendimento. Então... ficou só eu e eu mesmo. (MARIA LAURA).

Significados que as mulheres atribuem à trajetória e às experiências vividas

Pretendeu-se, também, compreender os significados que as entrevistadas atribuem à experiência de ter passado por relacionamentos abusivos.

Maria Laura fala das marcas emocionais que ficaram. Através de seu relato percebe-se que a superação é, muitas vezes, limitada e a retomada é cheia de sinuosidades e cicatrizes:

[...] Então acho que o fato de eu ter conseguido sair dessa situação, algumas cicatrizes elas... algumas não, muitas cicatrizes elas ficam, não tem jeito de você virar e falar assim: “Ah não. Superei. Eu hoje, eu estou cem por cento”. Não existe

isso, desta maneira. É... Algumas coisas elas marcam, não tem como você voltar atrás e passar uma borrachinha. Elas te deixam um pouco mais sensíveis, em algumas coisas, um pouco mais fortes em outras, mais resistentes em algumas outras. (MARIA LAURA)

As agressões psicológicas ainda ressoam em seus pensamentos. Ela presentifica também frustrações e um sentimento de ter perdido oportunidades em função da relação:

[...] Foram perdas, pra mim, significativas. Tanto no sentido emocional, psicológico, como no sentido profissional também. Houveram perdas pra mim, que pra mim são irreparáveis. [...] Se eu for olhar pelo lado prático, eu não tenho nada hoje. Eu não construí nada. Então, se... nesse sentido, Milene, traz muita frustração. Porque eu perdi muita coisa. Eu perdi tempo, eu perdi a minha juventude... ao lado de uma pessoa que me... fez muito mal. [...] Porque dentro de mim as coisas ainda não estão ajustadas. Então se eu me olho no espelho, cê pode rir de mim, mas sabe aquela vozinha? Que fica assim: “Nossa! Mas... cê não vai conseguir ninguém, porque cê é toda estrienta, sua barriga hoje não é lisinha mais, cê tá toda flácida...” [...] Eu falo que, às vezes, se ele tivesse me dado um soco, na cara, não ia doer tanto quanto as palavras doeram. Porque ia melhorar! Mas as palavras, elas parecem que, de certa forma, ficou encravadas na alma da gente e machuca. (MARIA LAURA)

O fantasma das ameaças, das quais Maria Ângela foi vítima, ainda a ronda. Ela fala de paz e medo:

Eu acho que hoje, eu vivo em paz. Mas é uma paz que também eu não sei se é uma paz verdadeira. Que eu tenho medo que ele volte. [...] Eu tenho medo de encontrar com ele. Assim, eu peço a Deus que nunca mais eu encontre com ele. Mas eu tenho medo. (MARIA ÂNGELA)

Maria Carmem também tem sequelas emocionais em função das agressões vividas, embora já tenham se passado seis anos desde o fim da relação com o agressor. Mas ela resgatou suas amizades, sua vida social e, aos poucos, busca resgatar sua autonomia:

É difícil e aí, com o tempo, vivendo o relacionamento que eu vivo hoje, eu fui percebendo que realmente eu vivi um relacionamento abusivo psicologicamente. [...] Ainda tem esses resquícios, assim, dessa questão de eu sair sozinha, ainda tenho essa dificuldade, mas hoje a gente tem um relacionamento super saudável. Uma relação diferente de tudo que eu tinha antes, sabe? Eu tenho minha individualidade, eu posso falar o que eu penso... É outra história. Outra coisa. (MARIA CARMEM)

Maria Regina voltou a estudar e se recolocou profissionalmente. Sentimentos ambíguos são relatados por ela: remorso e persistência, culpa e orgulho pela trajetória construída. O reconhecimento positivo, pelos filhos, a faz acreditar que fez as escolhas certas. Ela fala de seu desejo de mudança como propulsor para reorganização de sua história:

E até hoje eu acho que às vezes eu precisava fazer um tratamento psicológico mais aprofundado. Porque às vezes, hoje, no novo relacionamento, qualquer coisinha que meu atual esposo faz eu já desespero e eu já... E aí eu reajo, né? De uma forma que eu não deveria naquela situação, às vezes, reagir, porque não é com ele. É o que eu já passei. Se fosse hoje, eu não sei se eu teria tanta força quanto eu tive na época. Emocional. Porque você tem que ter uma força interna. [...] Porque hoje eu faço uma análise de que as crianças sofreram muito mais. [...] eu tirei os meus filhos dessa violência, mas também passei por outras situações. [...] Não vi meus filhos crescerem. Mas, hoje, é... que meus filhos estão grandes, um tá com dezesseis e o outro está com treze, eles têm maior orgulho de eu ter feito isso. De eu não ter ficado em casa, dependendo só de bolsa família. (MARIA REGINA)

E Maria Laura percebe e valoriza os pequenos passos que dá em busca de novas oportunidades. Segue, no seu tempo:

Hoje eu consigo assim, conversar com as pessoas. É lógico, assim, que às vezes você relembrar, mexer um pouco no passado, [...] dá um pouco de tristeza pela situação em si. [...] Porque traz muita frustração, no sentido tipo assim: “Como que eu fui capaz de aceitar tanta coisa? E ficar calada, e não ter tido nenhum tipo de atitude? De mudar realmente?” [...] E assim, pretendo Milene, é... melhorar em relação a essas questões. Principalmente essa questão profissional, que eu não estou satisfeita. [...] Então eu pretendo... seguir um pouco adiante. À lentos passos, mas... é... um passo de cada dia... (MARIA LAURA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs, como objetivo geral, analisar as narrativas de mulheres que passaram pela experiência de relacionamentos abusivos e reorganizaram suas vidas, buscando compreender os processos de transição e superação vividos. Os resultados mostram que os relacionamentos abusivos pelos quais as mulheres passaram deixaram muitas sequelas. Percebe-se que a superação é, portanto, muitas vezes, limitada. A retomada é cheia de sinuosidades, temores e cicatrizes.

Todavia, elas mencionaram viver, hoje, em paz, por estarem longe da violência a que estavam submetidas. Dizem também se sentirem orgulhosas por terem persistido e pela trajetória que construíram. O reconhecimento, pelos filhos, do esforço empreendido para superar as adversidades, se constitui como lenitivo para as angústias que sobrevêm a uma delas. Para além de qualquer fator exterior, os relatos demonstram que essas mulheres precisaram buscar em si mesmas, forças para enfrentar construções culturais e religiosas que naturalizam a submissão da mulher a um suposto poder do homem. Com o zelo de não psicologizar os processos sociais que atravessam a pesquisa, resguarda-se aqui a importância das lutas, sociais e políticas, contra a violência e relações abusivas e a relevância do apoio social, familiar e da proteção institucional em qualquer instância.

Espera-se que, a partir da narrativa da experiência dessas mulheres, seja possível contribuir para o empoderamento das que buscam forças para sair de situações semelhantes e colaborar para a sensibilização de outras que porventura não se deram conta do caráter abusivo dos relacionamentos em que se encontram.

Os dados aqui apresentados representam uma amostra pontual, portanto não são passíveis de generalização. Percebe-se, a partir deste estudo, a necessidade de realização de outras pesquisas que explorem o alcance das políticas e equipamentos públicos disponíveis para mulheres em situação de violência. Outra exploração, a partir da oitiva de homens agressores, também pode ser útil com vistas à promoção de uma retificação subjetiva.

Notou-se que o momento da entrevista foi percebido como espaço de fala e acolhimento para as mulheres ouvidas. Cada uma delas, ao narrar sua história e falar do passado, pode ressignificar algumas das situações vividas ao pensar sobre elas, por vezes mudando sua posição no discurso enquanto falava. Santos e Tfouni (2015, p. 138) citam Tfouni (2006) para dizer que “a narrativa representa a elaboração que fazemos do mundo. Sua função é organizar através da linguagem, nossas interações e relações com o Outro”.

Essas Marias, como tantas outras, em que pese as sequelas por terem experimentado relacionamentos abusivos, com a “força, garra, gana” e tempo próprios, reconhecidos ou não por elas mesmas, buscam se reconstruir e escrever novos versos para suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALEMANY, Carme. Violências. Em: HIRATA, Helena e colaboradores. **Dicionário crítico do feminismo**. Tradução de Naira Pinheiro. São Paulo: Editora UNESP, p. 272-277, 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/164874353/Dicionario-Critico-do-Feminismo>>. Acesso em 18 set. 2016.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**, n. 14, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1870-350X2008000300012&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 22 out. 2016.

BAPTISTA, Ana Catarina Costa Chaves. **Estudo de caso de uma mulher sujeita a violência conjugal psicológica, com crenças de amor romântico e uma história de violência inter-parental**. 2012. Tese de Doutorado. ISPA-Instituto Universitário das Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.12/2258>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Diário Oficial da União, 2006. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 26 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ligue 180. Brasília: MJC, 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/ligue-180>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Plataforma Brasil**. Brasília: MS, 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em: 06 maio 2017.

GALLO, Paulo Rogério et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. In: **Revista Escolar de Enfermagem**. vol. 48. n.2. 2014. p. 193-199. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro et al. Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. **Ciência & saúde coletiva**. Rio de Janeiro. Vol. 16, n. 3 (mar. 2011), p. 1755-1769, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n3/12.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

INSTITUTO Patrícia Galvão. Cultura e raízes da violência contra as mulheres. **Dossiê Violência Contra as Mulheres**, 2017. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de saúde pública= Reports in public health**. Vol. 27, n. 4 (2011), p. 743-752, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/49622>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MINAS GERAIS. Sistema Integrado de Defesa Social. Centro Integrado de Informações de Defesa Social. **Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEDS, 2016. Disponível em: <http://sedsmg.gov.br/images/Diagnostico_Mulheres/Diagnostico_mulher_completo.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 21, p. 9-29, 1994. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MOREIRA, Isabela. 15 Alertas para identificar um relacionamento abusivo. Usuários do Twitter compartilham suas experiências por meio da tag #relacionamentoabusivoquando. **Revista Galileu**, 15 set. 2016. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/09/15-alertas-para-identificar-um-relacionamento-abusivo.html>> Acesso em 05 out. 2016.

MOURA, Laiana Carla de; HENRIQUES, Iale Barros. Aspectos sócio-histórico-culturais envolvidos no fenômeno de culpabilização de mulheres vítimas de violência. **Veredas Favip-Revista Eletrônica de Ciências**, v. 7, n. 2, p. 24-42, 2015. Disponível em: <<http://veredas.favip.edu.br/ojs/index.php/veredas1/article/view/248>>. Acesso em: 22 out. 2017.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v. 37, n. 1, p. 8, 2006. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161476>>. Acesso em 11 set. 2016.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Maria Maria. In: Clube da Esquina 2. São Bernardo do Campo: EMI-Odeon, 1978, 2 LPs. Faixa 2, LP 2, Lado B.

NETTO, Leônidas de Albuquerque et al. Mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: tomada de decisão por apoio institucional especializado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, p. 135-142, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v36nspe/0102-6933-rgenf-36-spe-0135.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. Contexto da Família. In: OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. SciELO-Editora UNESP, 2009, p. 23-63. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/965tk/pdf/oliveira-9788579830365.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. **O público e o privado**, n. 19, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=345>> Acesso em 23 out. 2016.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **A pesquisa narrativa: uma introdução**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v8n2/01.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2016.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque; SZWAKO, J. Eduardo (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, p. 118-146, 2009. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/piscitelli-adriana-genero-a-historia-de-um-conceito.html#>> Acesso em: 12 mar. 2017.

QUEIROZ, Rosana Ataíde de. Longe dos olhos, mas perto do coração: a interferência da memória na (in) visibilidade da violência psicológica contra a mulher na relação conjugal. 2017. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissertacao-Rosana-Ata%C3%ADde-de-Queiroz.pdf>. Acesso em: 29 de out. 2017.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 16, n. 1, 2005. Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482/446>. Acesso em: 21 set. 2016.

SANTOS, Verônica Lopes dos; TFOUNI, Leda Verdiani. Uma narrativa oral em uma oficina terapêutica: um rastro da alteridade. **Estilos da Clínica**, v. 20, n. 1, p. 134-150, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v20n1/a10v20n1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990. Disponível em: https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%c3%aanero-Joan%20Scott.pdf Acesso em: 22 out. 2016.

VILLELA, Wilza Vieira et al. Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 113-123, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29776>. Acesso em: 19 out. 2017.

WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara Pollom. Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, 2013. Disponível em: <http://revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/757/530> Acesso em: 23 nov. 2016.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia; LIMA, Gabriela Quadros de. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando famílias**, v. 17, n. 1, p. 63-76, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2013000100007&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 11 set. 2016.